

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 04/2017 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 38 | |

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 04/2017 DE 17 DE FEVEREIRO

Aos **dezassete** dias do mês de **fevereiro** do ano de **dois mil e dezassete**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a tempo inteiro e Vice-Presidente da Câmara, o Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, o Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência e a Sr.^a Dr.^a Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita, datada e registada em 17 de fevereiro de 2017, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Sr.^a Regina Almeida Ramos.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Conclusão das negociações para aquisição da designada “Casa das Caldeirinhas” em Vila Nova de Paiva.** -----

----- O Sr. Presidente informou que foram concluídas as negociações com os proprietários da designada “Casa das Caldeirinhas” sita na Praça D. Afonso Henriques, n.º 15, na vila de Vila Nova de Paiva, pelo preço de trezentos mil euros, assunto que será apresentado para decisão final em próxima reunião camarária, estando previsto o pagamento faseado do preço até junho de 2018, mediante celebração de contrato promessa de compra e venda. -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Malhada congratulou-se com o facto de terem chegado a bom porto as negociações havidas para a compra do referido prédio e área adjacente, sendo agora de acautelar o uso que lhe será dado, nomeadamente para a instalação de serviços públicos. -----

----- **b) Festival das Geminções em Orsay.** -----

----- O Sr. Presidente referiu que decorreu com sucesso o Festival das Geminções promovido pela ACPUO - Association Culturelle Portugaise Les Ulis/Orsay, e realizado no passado fim-de-semana de 11 e 12 de fevereiro. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 – Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia três de fevereiro de 2017**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião ordinária do dia três de fevereiro de 2017.-----

----- Não participaram na discussão e votação da ata os Srs. Vereadores Cristóvão Malhada Ferreira e Liliana Ferreira Soares, dado não terem estado presentes na referida reunião. -----

----- **2 – Cristóvão Malhada Ferreira**, Vereador em regime de não permanência – Por requerimento registado em 02 de fevereiro de 2017, solicita justificação da falta à reunião ordinária do dia três de fevereiro de 2017.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a ausência do Sr. Vereador Cristóvão Ferreira à reunião do dia três de Fevereiro.-----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira não participou na discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da reunião e regressado após a votação.-----

----- **3 – Carlos Dias Mota**, Vereador em regime de não permanência – Por requerimento registado em 02 de fevereiro de 2017, solicita justificação da falta à reunião ordinária do dia três de fevereiro de 2017.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a ausência do Sr. Vereador Carlos Mota à reunião do dia três de fevereiro de 2017. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 2.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 2.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2017**, aprovadas por Despacho

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 04/2017 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 38 | |

do Sr. Presidente da Câmara de 02 de fevereiro de 2017, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **b) Apoio judiciário ao Presidente da Câmara no processo judicial n.º 55/12.5GASAT ao abrigo do Estatuto dos Eleitos Locais** – Ofício de 12 de janeiro de 2017 da sociedade de advogados Miranda, Barreto, Rebelo & Associados – Sociedade de Advogados, RL, de Tondela – Proposta/requerimento do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Se. Presidente da Câmara datada de 31 de janeiro de 2017, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. Como é do conhecimento do Executivo Municipal e do público em geral, fui constituído arguido no processo de natureza criminal, com o n.º 55/12.5GASAT, que correu seus termos inicialmente na 3.ª Secção do Departamento de Investigação e Ação Penal de Coimbra e depois na Secção de Instrução Criminal – J1- da Instância Central do Tribunal da Comarca de Viseu.

2. O referido processo teve origem numa denúncia apresentada por Vítor Manuel Gonçalves Martins e Ana Bela Vinagre Ferreira Martins por alegados factos praticados por mim no âmbito da negociação e aquisição de terrenos com vista à execução da obra de “Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva” e, pois, praticados no pleno exercício das minhas funções autárquicas, na qualidade de Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.

3. No âmbito daquele processo, o Ministério Público proferiu despacho de acusação, imputando-me um crime de abuso de poderes, previsto e punido pelo artigo 26.º da Lei n.º 34/87, de 16 de julho, relativa aos crimes da responsabilidade de titulares de cargos públicos.

4. O processo de negociação tendente à aquisição das parcelas de terreno para a Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva foi um processo que decorreu dentro de toda normalidade e legalidade.

5. No passado dia 28 de novembro de 2016 foi proferido pelo Juiz de Instrução Despacho de não pronúncia, tendo assim ficado demonstrado que não pratiquei os crimes de que vinha acusado no despacho de acusação.

6. A minha defesa no âmbito do referido processo de natureza penal implicou a contratação de serviços jurídicos e a atribuição de mandato a advogado.

7. *Contratei para o efeito a sociedade de advogados MIRANDA, BARRETO, REBELO & ASSOCIADOS – Sociedade de Advogados, RL, NIPC 503 329 762, com escritório e sede na Rua Dr. Abel Lacerda, n.º 12 – 1.º, em 3460-573 Tondela, inscrita na Ordem dos Advogados sob o número 1/95, dada a experiência profissional que tem na área do direito público, como também na área do direito e contencioso penal.*

8. *Por força dos serviços jurídicos prestados a referida sociedade de advogados apresentou a Nota de Honorários no montante de € 2.000,00 (dois mil euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor de 23%, através do ofício datado de 12 de janeiro de 2017, registado nesta Câmara Municipal em 18 de janeiro de 2017, que se anexa à presente proposta.*

9. *O artigo 5.º, n.º 1, alínea o), do Estatuto dos Eleitos Locais (doravante EEL) aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, na versão alterada e republicada em Anexo à Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, e alterada pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, estabelece que “os eleitos locais têm direito a apoio nos processos judiciais que tenham como causa o exercício das respetivas funções”, e, por sua vez, o artigo 21.º do mesmo EEL, com o subtítulo “Apoio em processos judiciais”, estabelece ainda que “Constituem encargos a suportar pelas autarquias respetivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respetivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos”.*

10. *Conclui-se, assim, que o apoio judiciário a conceder aos eleitos locais pelas respetivas autarquias, nos termos dos artigos 5.º, n.º 1, alínea o), e 21.º, do EEL, depende assim da verificação cumulativa de dois pressupostos: por um lado, que o ato que deu origem ao processo judicial e às inerentes despesas tenha sido praticado pelo eleito local no exercício das suas funções e por causa delas, e, por outro, que não se prove que esse ato foi praticado com dolo ou negligência.*

11. *No âmbito do referido processo n.º 55/12.5GASAT, que correu na Secção de Instrução Criminal – J1 – da Instância Central do Tribunal da Comarca de Viseu e que terminou agora em 28 de novembro de 2016 com o despacho do Juiz de Instrução de não pronúncia, ficou assim demonstrado de que nos atos por mim praticados na qualidade de Presidente da Câmara, de que vinha acusado no despacho de acusação, não se provou qualquer dolo ou negligência.*

Face ao exposto, proponho e requeiro à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, que delibere, ao abrigo da alínea o), do n.º 1, do art.º 5.º, conjugado com o art.º 21.º, ambos do Estatuto dos Eleitos Locais (EEL) aprovado pela Lei n.º 29/87, de

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 04/2017 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 38 | |

30 de Junho, na versão alterada e republicada em Anexo à Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, e alterada pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que autorize o pagamento à referida sociedade de advogados MIRANDA, BARRETO, REBELO & ASSOCIADOS – Sociedade de Advogados, RL, NIPC 503 329 762, com escritório e sede na Rua Dr. Abel Lacerda, nº 12 – 1º, em 3460-573 Tondela, inscrita na Ordem dos Advogados sob o número 1/95, a quantia de € 2.000,00 (dois mil euros), a que acresce o IVA à taxa legal de 23%, pelo patrocínio jurídico do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva no âmbito do Processo nº 55/12.5GASAT.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta e o requerido apoio judiciário ao Sr. Presidente da Câmara, autorizando-se o pagamento dos honorários referidos, a processar no corrente mês de fevereiro. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara não participou na discussão e votação deste assunto tendo-se ausentado da reunião e regressado após tomada de decisão. -----

----- **c) Ação Administrativa Comum N.º 764/09.6BEVIS do Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Viseu – Ata de Audiência de Julgamento de 18 de janeiro de 2017** – Conhecimento do acordo estabelecido entre o Sr. Presidente da Câmara, em representação do Município, e o Autor da ação, Sr. João Soares Ribeiro e homologado por sentença – Informação n.º 07/2017, de 6 de fevereiro de 2017, do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal. -----

----- Foi presente à reunião a Informação em epígrafe, tendo em anexo a Ata de Audiência de Julgamento que decorreu no TAF de Viseu no passado dia 18 de janeiro de 2017 no âmbito da ação administrativa em epígrafe, homologando por sentença o acordo estabelecido com o Autor, Sr. João Soares Ribeiro, no qual o Município se compromete a indemnizar o Autor no montante total de quinze mil euros, a pagar em três prestações mensais iguais e sucessivas até ao dia quinze dos meses de fevereiro, março e abril, comprometendo-se ainda o Município a executar uma rampa de acesso em calçada desde o passeio público até ao terreno do Autor, com a largura de três metros e extensão de cerca de dez metros, bem como à construção de dois muros de suporte laterais desde a habitação do autor até à rua, à abertura e colocação de uma porta em alumínio no alçado principal da habitação do Autor, à construção de uma entrada lateral da casa de habitação do Autor, desde o passeio até ao patamar de acesso, em calçada, tudo a executar até 30 de junho do ano em curso. Em contrapartida o Autor prescinde dos restantes pedidos formulados na sua petição, e prescinde igualmente do direito de propriedade de uma faixa de terreno de cerca de oito metros quadrados, numa largura de trinta centímetros, do lado oposto ao seu terreno e

